

Além da denominação de peão, que era um apelido pejorativo que atingia todos os trabalhadores de uma usina ou de uma construtora, também atribua-se aos operários das empreiteiras as denominações torpes como "boias-frias" e "tricavacos."

Esses trabalhadores sempre eram considerados os "grandes suspeitos" pela vigilância da USIMINAS e pela Polícia Militar. Isto porque eram mais humildes, dóceis até. A maioria era analfabeta e sempre eram vítimas das arbitrariedades dos policiais que usavam todo tipo de intimação.

Se para nós a situação era ruim, para aqueles operários a situação era muito pior. Péssima.

As absurdas acusações de roubos contra os trabalhadores era o pretexto da Polícia, do Governo e da própria USIMINAS para desviar a atenção sobre acontecimentos nefastos e macarthistas prestou para intimidar operários e que serviu de pano de fundo para a trama maquiavélica do golpe de 64.

Fragilizados pela tortura e pelas acusações infundadas, a todo o momento os trabalhadores eram acuados e pressionados pela Direção da Usina para não reclamarem, pois "poderiam se arrepende".

A partir de pseudo argumentos que ajudavam a "plantar" insegurança" e "suspeitas" que prejudicavam os operários, os agentes de repressão intensificaram a cada dia mais as arbitrariedades policiais. Sob qualquer pretexto usavam da violência para bater, subjugar e humilhar os trabalhadores.

Dialeticamente, e sem emprego de sutilezas, a natureza dos fatos se precipitou à razão e na identificação de um processo emocional que procede pela união incessante de contrários - tese e antítese de uma época em que tudo conspirava para terminar em tragédia e culpa, pois os agentes de repressão e ditas autoridades usavam o subterfúgio de incriminações forjadas e ilegítimas.

Agentes de repressão irritadiços e com os nervos à flor da pele, onde qualquer ato, gesto ou palavra servia de pretexto para uma prisão ou espancamentos.

A Polícia do Vale do Aço sempre usava métodos medievais para arrancar confissões forjadas. E os trabalhadores iam suportando com estoicismo, agüentando.

Mas isso não iria durar muito mais tempo!

O limite da paciência chegou e estourou quando os trabalhadores começaram entender a dialética da opressão e da mais valia. A maioria começou a se revoltar, principalmente aqueles que trabalhavam em lugares insalubres, quentes demais, onde aço e o ferro gusa incandescentes cozinhavam até o cérebro e também aqueles que lidavam com produtos tóxicos e que por direito deveriam receber um litro de leite por jornada.

E foi por causa de um simples litro de leite, de um direito conquistado é que numa saída da Usina foram obrigados pela vigilância a jogar fora a sobra do leite recebido ou que economizaram e que estavam levando para sua família em casa. E nesse fático dia um dos trabalhadores, o "Paraíba" - pessoa muito querida por todos se indignou e reclamou daquela arbitrariedade "burra."

ré, em autêntico "teatro do absurdo." Numa inversão de valores contrária à razão e ao bom senso.

Diante da absurdidade que acabara de ver, e coerente à minha convicção de sempre me indignar diante de injustiças e disparates contra a pessoa humana, prontifiquei a testemunhar o episódio.

Muito tempo depois estava eu perante a duas Cortes como testemunha em defesa das duas mulheres espancadas: na Auditoria Judiciária da Polícia Militar e na 6ª Vara Criminal, para depor no inquérito de violência praticada contra as duas advogadas.

É estarecedor constatar que o caso se arrastou por três anos, prejudicando a vida profissional e pessoal das duas advogadas. Quando foi a julgamento fui obrigado a passar por constrangimento ilegal ao ouvir ameaças, tanto na Auditoria Militar quanto na 6ª Vara Criminal pelos ditos agentes da lei.

De testemunha eu passei a "acusado", onde, tanto um coronel, membro da Auditoria Militar quanto o Promotor de Justiça da 6ª Vara Criminal, Rômulo Paiva Filho, tentaram, a todo custo saber "qual organização de esquerda em havia pertencido durante a Ditadura", numa forma totalmente macarthista e que feria a liberdade de expressão e o direito de testemunhar.

Fato mais cabuloso é que o promotor, Rômulo Paiva Filho, um jovem carioca de apenas 30 anos, ao invés de realmente fazer justiça, deixou sua função e a ética feita em juramento da verdade, e fazer justiça, para, de forma risível me atacar aos gritos me chamando de "comunista" e brandir histéricamente a minha ficha "criminal de subversivo", na tentativa de desqualificar meu testemunho e me impedir de dar o depoimento contra os policiais que haviam cometido atrocidades em plena via pública.

Veja o relato do Promotor e a réplica do advogado da OAB, Augusto Jacob Filho, perante o Juiz da 6ª Vara Criminal, Augusto José Vieira Neto, o "bala doce" e o Juiz-Auditor, Jadir Silva, da 3ª Auditoria Judiciária Militar Estadual, que podem confirmar o relato.

**PROMOTOR DE JUSTIÇA, RÔMULO PAIVA FILHO:** "... (sic) vê-se aí as gritantes contradições entre tais depoimentos. A testemunha Jurandir Persichini Cunha, que afirmou que os policiais foram arbitrários e violentos com a ré, ao responder perguntas da acusação afirmou que foi militantes contrário à Ditadura Militar, tendo pertencido à Agrupação de esquerda, tendo sido processado na época (sic), demonstrando, assim, que seu depoimento não tem qualquer credibilidade, posto que proveniente de pessoa que já teve graves enfrentamentos com militares, sendo assim testemunha suspeita e sem qualquer credibilidade(sic).

**ADVOGADO DE DEFESA, AUGUSTO JACOB FILHO, REPRESENTANDO A OAB:** "... (SIC) MM. Juiz "permissa maxivénia" (sic) ao douto representantes do Ministério Público, queia defesa antes mesmo adentrar ao exame da prova salientar, que procurou sua Exa tumultuar a prova contida nos autos e com isto propugnava pela condenação da ré. Sua Exª fez uma análise superficial da prova colhida neste juízo, deixando para ser efusivo quando critica a testemunha Jurandir Persichini, mas não levou em conta sua idade ou mesmo o passado do período tenebroso denossa história.

Persichini, hoje maduro pelos processos que respondera perante a justiça militar de então, consciente de seus direitos de cidadania perante a violência a em atos que compões todo o desenrolar dos fatos, não se abateu e nem mesmo se curvou diante da